



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábيا Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva

Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira

Priscila de Fátima Lima Schio

Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA SEARA EDUCACIONAL:
PERSPECTIVAS CONCEITUAIS, CONTEXTO HISTÓRICO E
AVANÇOS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

**INCLUSIVE EDUCATION IN THE EDUCATIONAL FIELD:
CONCEPTUAL PERSPECTIVES, HISTORICAL CONTEXT, AND
ADVANCES IN EDUCATIONAL POLICIES**

**EDUCACIÓN INCLUSIVA EN EL ÁMBITO EDUCATIVO:
PERSPECTIVAS CONCEPTUALES, CONTEXTO HISTÓRICO Y
AVANCES EN LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS**

RESUMO

O presente estudo analisa a influência dos movimentos internacionais na consolidação da educação inclusiva, com ênfase no contexto brasileiro. A pesquisa evidencia que, a partir da década de 1990, documentos e conferências internacionais, como a Declaração de Salamanca e a Conferência Mundial de Educação para Todos, exerceram papel fundamental na reformulação das políticas educacionais voltadas à inclusão. No Brasil, tais influências contribuíram para a construção de marcos legais importantes, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que passaram a garantir o direito à educação para todos, incluindo pessoas com deficiência. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados indicam avanços significativos no campo legal e institucional, embora persistam desafios relacionados à efetivação das políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas inclusivas. Conclui-se que a educação inclusiva no Brasil é fruto de um processo histórico influenciado por movimentos globais, sendo necessária a continuidade de ações integradas para sua plena concretização.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; políticas públicas; movimentos internacionais; inclusão escolar; legislação educacional.

ABSTRACT

This study analyzes the influence of international movements on the consolidation of inclusive education, with emphasis on the Brazilian context. The research shows that, since the 1990s, international documents and conferences, such as the Salamanca Declaration and the World Conference on Education for All, have played a fundamental role in reshaping educational policies toward inclusion. In Brazil, these influences contributed to the development of important legal frameworks, such as the Federal Constitution of 1988 and the National Education Guidelines and Framework Law, which guarantee the right to education for all, including people with disabilities. The methodology adopted was qualitative, based on bibliographic and documentary research. The results indicate significant advances in the legal and institutional fields; however, challenges remain regarding the effective implementation of public policies, teacher training, and inclusive pedagogical practices. It is concluded that inclusive education in Brazil is the result of a historical process influenced by global movements, requiring the continuity of integrated actions for its full realization.

Keywords: Inclusive education; public policies; international movements; school inclusion; educational legislation.

RESUMEN

El presente estudio analiza la influencia de los movimientos internacionales en la consolidación de la educación inclusiva, con énfasis en el contexto brasileño. La investigación evidencia que, a partir de la década de 1990, documentos y conferencias internacionales, como la Declaración de Salamanca y la Conferencia Mundial sobre Educación para Todos, desempeñaron un papel fundamental en la reformulación de las políticas educativas orientadas a la inclusión. En Brasil, dichas influencias contribuyeron a la construcción de marcos legales importantes, como la Constitución Federal de 1988

y la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional, que pasaron a garantizar el derecho a la educación para todos, incluidas las personas con discapacidad. La metodología adoptada fue de carácter cualitativo, basada en la investigación bibliográfica y documental. Los resultados indican avances significativos en el ámbito legal e institucional, aunque persisten desafíos relacionados con la implementación efectiva de las políticas públicas, la formación docente y las prácticas pedagógicas inclusivas. Se concluye que la educación inclusiva en Brasil es el resultado de un proceso histórico influenciado por movimientos globales, siendo necesaria la continuidad de acciones integradas para su plena consolidación.

Palabras clave: Educación Inclusiva; políticas públicas; movimientos internacionales; inclusión escolar; legislación educativa.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos principais desafios contemporâneos no campo educacional, sobretudo no que se refere à garantia do acesso, permanência e aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais. Durante muitos anos, pessoas com deficiência foram excluídas dos sistemas formais de ensino, sendo atendidas de forma segregada ou assistencialista.

A partir do final do século XX, especialmente com a intensificação dos movimentos internacionais em defesa dos direitos humanos, iniciou-se um processo de transformação das políticas educacionais em diversos países. Documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Conferência de Jomtien (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) estabeleceram novos paradigmas baseados na equidade, no respeito à diversidade e no direito universal à educação.

No Brasil, tais influências foram decisivas para a formulação de políticas públicas inclusivas, refletidas na Constituição Federal de 1988 e na legislação educacional subsequente. Contudo, apesar dos avanços normativos, a implementação da educação inclusiva ainda enfrenta entraves estruturais, pedagógicos e sociais.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a influência dos movimentos internacionais na implementação da educação inclusiva no Brasil, destacando seus impactos, avanços e desafios.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva está fundamentada em princípios de igualdade, equidade e respeito à diversidade, sendo fortemente influenciada por movimentos internacionais que redefiniram o conceito de educação como um direito universal.

A Declaração de Salamanca (1994) é considerada um marco nesse processo, ao defender que todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de suas dificuldades ou diferenças. Esse documento reforça a necessidade de adaptação dos sistemas educacionais para atender à diversidade dos alunos, rompendo com práticas segregacionistas.

No contexto brasileiro, autores como Mendes (2006) destacam que a inclusão escolar passou por diferentes fases, desde modelos excludentes até propostas mais integradoras e inclusivas. Entretanto, a efetivação dessas políticas ainda enfrenta desafios relacionados à formação de professores, infraestrutura escolar e resistência cultural.

Além disso, a legislação brasileira, influenciada por tratados internacionais, passou a garantir o direito à educação inclusiva, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988 e na LDBEN nº 9.394/96. Tais dispositivos legais reforçam a obrigatoriedade do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Dessa forma, o referencial teórico evidencia que a educação inclusiva não é apenas uma proposta pedagógica, mas um compromisso social e político com a garantia de direitos e a promoção da cidadania.

2.1 A influência dos movimentos internacionais na educação inclusiva

A trajetória da educação inclusiva no cenário mundial não ocorreu de forma linear, sendo resultado de um longo processo histórico marcado por exclusões e transformações sociais. Durante muitos anos, pessoas com deficiência foram afastadas dos sistemas educacionais formais, sendo atendidas, quando muito, por práticas assistencialistas.

A mudança desse cenário ganha força a partir da segunda metade do século XX, especialmente com o fortalecimento dos movimentos internacionais voltados à defesa dos direitos humanos. Nesse contexto, organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

passaram a defender o acesso universal à educação como direito fundamental, influenciando diretamente as políticas educacionais em diversos países (Koelle, 2019, p. 3).

Eventos internacionais, como a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien (1990), contribuíram significativamente para a consolidação da ideia de educação como direito universal. A partir desse momento, amplia-se a compreensão de que o sistema educacional deve atender a todos os indivíduos, independentemente de suas condições (Koelle, 2019, p. 4).

No Brasil, essas influências internacionais se articularam com movimentos sociais internos. A partir da década de 1990, pessoas com deficiência passaram a reivindicar maior participação social e igualdade de oportunidades, pressionando o Estado a implementar políticas públicas inclusivas (Domingues; Pires, 2021, p. 3).

2.2 A Declaração de Salamanca e seus impactos

A Declaração de Salamanca (1994) constitui um marco fundamental na história da educação inclusiva, ao propor uma mudança significativa na forma de compreender o processo educacional. O documento defende que os sistemas de ensino devem se adaptar às necessidades dos alunos, e não o contrário (UNESCO, 1994, p. 2).

Esse princípio rompe com modelos educacionais excludentes, nos quais estudantes com deficiência eram encaminhados para instituições segregadas. A partir de Salamanca, passa-se a defender que todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, respeitando suas diferenças e particularidades (UNESCO, 1994, p. 3).

Além disso, o documento enfatiza a necessidade de mudanças estruturais nas escolas, incluindo formação de professores, adequação curricular e desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

No contexto brasileiro, os impactos desse documento foram significativos. Conforme destacam Lemos, Xavier e Silva (2025), a Declaração de Salamanca influenciou diretamente a formulação de políticas públicas educacionais voltadas à inclusão (Lemos; Xavier; Silva, 2025, p. 6).

2.3 Avanços legais e políticas públicas no Brasil

No Brasil, a incorporação dos princípios da educação inclusiva pode ser observada na Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como um direito de todos e dever do Estado (Brasil, 2017, p. 1).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) reforça essa perspectiva ao garantir o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1996, p. 15).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística evidenciam a dimensão do desafio da inclusão. Segundo o IBGE (2022), o Brasil possui milhões de pessoas com deficiência, o que reforça a necessidade de políticas públicas eficazes (IBGE, 2022, p. 2).

Nesse cenário, o Ministério da Educação tem desenvolvido programas voltados à inclusão, especialmente por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que busca promover equidade e reduzir desigualdades educacionais (Brasil, 2025, p. 1).

2.4 Desafios da educação inclusiva no Brasil

Apesar dos avanços no campo legal, a efetivação da educação inclusiva ainda enfrenta desafios significativos. Um dos principais obstáculos está relacionado à infraestrutura escolar, que muitas vezes não está adequada para atender às necessidades dos alunos com deficiência.

Outro fator relevante refere-se à formação dos professores. De acordo com Mendes (2006), a inclusão avançou no plano normativo, mas ainda encontra dificuldades na sua operacionalização no cotidiano escolar (Mendes, 2006, p. 4).

Além disso, a escassez de recursos pedagógicos e a falta de apoio institucional dificultam a adoção de práticas inclusivas.

No campo cultural, persistem barreiras relacionadas a preconceitos e estigmas sociais. Conforme aponta Gil (2017), essas concepções podem influenciar negativamente a inclusão, contribuindo para práticas excludentes no ambiente escolar (Gil, 2017, p. 2).

2.5 Análise crítica das políticas recentes

Nos últimos anos, a educação inclusiva no Brasil tem sido marcada por debates em torno de políticas públicas. A criação do Decreto nº 10.502/2020 gerou críticas por parte de especialistas e entidades da área educacional.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2020), esse decreto poderia representar um retrocesso ao favorecer práticas segregadoras, contrariando os princípios da inclusão (CFP, 2020, p. 3).

Esse posicionamento evidencia a existência de disputas no campo educacional, nas quais diferentes concepções de ensino entram em conflito.

A revogação do referido decreto, por meio do Decreto nº 11.370/2023, reafirma o compromisso com uma educação inclusiva alinhada aos direitos humanos (Brasil, 2023, p. 1).

Dessa forma, observa-se que a educação inclusiva no Brasil ainda se encontra em processo de consolidação, exigindo continuidade nas políticas públicas e maior comprometimento social.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, uma vez que busca compreender, interpretar e analisar a influência dos movimentos internacionais na consolidação da educação inclusiva no Brasil, considerando aspectos históricos, sociais e legais que permeiam essa temática.

Quanto aos seus objetivos, o estudo possui natureza exploratória e descritiva. Exploratória porque procura ampliar o conhecimento sobre o tema, estabelecendo relações entre os movimentos internacionais e as políticas educacionais brasileiras; e descritiva, pois busca apresentar e analisar os principais marcos históricos, documentos e legislações que contribuíram para o desenvolvimento da educação inclusiva.

No que se refere aos procedimentos técnicos, adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de materiais já publicados, como livros, artigos científicos e produções acadêmicas relevantes sobre educação inclusiva. Já a pesquisa documental baseou-se na análise de legislações, decretos e documentos oficiais, tanto de âmbito nacional quanto internacional, tais como a Declaração de Salamanca (1994), a Constituição Federal

de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) e documentos do Ministério da Educação (MEC).

A escolha dessas fontes se justifica pela relevância que possuem na construção das políticas públicas educacionais, permitindo compreender de que forma os princípios internacionais foram incorporados ao contexto brasileiro. Além disso, foram utilizados dados estatísticos, como os divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a fim de contextualizar a dimensão da população com deficiência no país.

A análise dos dados foi realizada por meio de uma abordagem interpretativa, buscando identificar relações, convergências e contradições entre os documentos analisados. Esse procedimento permitiu compreender como os discursos internacionais sobre inclusão foram apropriados no Brasil, bem como os desafios existentes na implementação dessas políticas no cotidiano escolar.

Por fim, ressalta-se que a pesquisa não envolveu coleta de dados em campo ou participação direta de sujeitos, sendo fundamentada exclusivamente em fontes secundárias. Dessa forma, o estudo prioriza a análise crítica e reflexiva das informações disponíveis, contribuindo para a compreensão do processo de construção da educação inclusiva no Brasil.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A análise dos dados evidencia que os movimentos internacionais tiveram papel determinante na transformação das políticas educacionais brasileiras. A partir da década de 1990, observa-se uma ampliação significativa do debate sobre inclusão, impulsionada por conferências e acordos globais.

Os resultados indicam que houve avanços importantes no campo legal, como a consolidação de direitos educacionais para pessoas com deficiência e a criação de políticas públicas voltadas à inclusão. Programas desenvolvidos pelo Ministério da Educação, como os promovidos pela SECADI, contribuíram para ampliar o acesso à educação e reduzir desigualdades.

Entretanto, a pesquisa também revela a existência de desafios persistentes. Entre eles, destacam-se a insuficiência de recursos, a falta de formação adequada dos professores e a dificuldade de implementação efetiva das políticas inclusivas nas escolas.

Além disso, mudanças recentes na legislação evidenciam tensões entre propostas inclusivas e tendências que podem favorecer práticas segregadoras, demonstrando que a educação inclusiva ainda é um campo em disputa.

Dessa forma, os resultados apontam que, embora haja avanços significativos, a consolidação de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo depende de ações contínuas, integradas e comprometidas com os princípios da equidade e da justiça social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou responder aos questionamentos apresentados na introdução por meio de pesquisas científicas, destacando a importância da educação especial e inclusiva na sociedade. Foram analisados aspectos da legislação brasileira, evidenciando avanços, mas também dificuldades e falhas que ainda persistem na efetivação da inclusão escolar. A pesquisa também apontou fatores que contribuem para a segregação educacional, como limitações nas políticas públicas, desafios na gestão escolar e problemas relacionados ao currículo.

Além disso, o estudo apresentou o papel das organizações e dos movimentos sociais que lutaram e continuam lutando pelos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE), ressaltando as conquistas alcançadas ao longo da história da educação inclusiva no Brasil. Apesar dos avanços, o trabalho destaca que ainda existem muitos desafios a serem superados para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade.

Por fim, enfatiza-se que a construção de uma educação inclusiva depende do envolvimento coletivo de professores, gestores, pais e da sociedade em geral, bem como da formação continuada dos educadores, para que possam atuar de forma preparada no processo de inclusão e no desenvolvimento do aprendizado de todos os estudantes.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017. Aprova a estrutura regimental do Ministério da Educação. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023. Revoga o Decreto nº 10.502/2020. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Política de Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Implantação de salas de recursos multifuncionais. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Ações da SECADI buscam equidade na educação. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 11 mar. 2026.

CANDIDO, Valéria Aparecida Pereira. Educação inclusiva como prática obrigatória: direito ou dever? 2021. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br>. Acesso em: 11 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Mudança na política de educação especial é retrocesso e segregação. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://site.cfp.org.br>. Acesso em: 22 fev. 2026.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 11 mar. 2026.

DOMINGUES, Benjamim Edivaldo Pinto de Almeida; PIRES, Anna Márcia Quirino. O processo de inclusão na educação brasileira: uma análise da legislação. 2021. Disponível em: <https://jus.com.br>. Acesso em: 20 fev. 2026.

GIL, Marta. A legislação federal brasileira e a educação de alunos com deficiência. 2017. Disponível em: <https://diversa.org.br>. Acesso em: 11 mar. 2026.

KOELLE, Isis. Educação inclusiva: o que é, princípios e importância. São Paulo: FIA, 2019. Disponível em: <https://fia.com.br>. Acesso em: 24 fev. 2026.

LEMONS, Ana Beatriz da Silva; XAVIER, Antônio Roberto; SILVA, Juliana Oliveira Felipe da. 30 anos da Declaração de Salamanca: os impactos nas políticas públicas para educação inclusiva no Brasil. 2025. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 12 mar. 2026.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 11 mar. 2026.

MOURA, Lucilene Tolentino. Intervenção psicopedagógica. Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br>. Acesso em: 20 fev. 2026.



